

ARINOS AFIRMA QUE RESULTADO DO TRABALHO SERÁ ANTEPROJETO DE CARTA

Sarney: Comissão não limita Congresso nem Constituinte

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney afirmou ontem, ao instalar a Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, que seus integrantes "não se reunirão para ditar aos constituintes que textos devem aprovar ou não" e que "a Comissão não substituirá o Congresso nem substituirá o povo".

Segundo Sarney, os integrantes da Comissão se reunirão para "ouvir a Nação, discutir com o povo suas aspirações, estimular a participação da cidadania no processo de discussão da natureza e fins do Estado e estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes".

A Comissão será, na verdade, uma ponte de alguns meses entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá. Servirá como uma área de discussão livre e informal das razões nacionais, submetendo ao debate público teses básicas quanto ao Estado, à sociedade e à Nação — disse Sarney na presença de 20 Ministros de Estado, do Presidente do Senado, José Fragelli, e de outras autoridades, que compareceram à solenidade no Ministério da Justiça.

Sarney explicou que a Comissão oferecerá subsídios à Constituinte, mas o Presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos, afirmou em discurso que o documento resultante dos trabalhos da Comissão terá a forma de um anteprojeto de Constituição — "um documento do Poder Executivo" — e será, "como ato de Governo, remetido à Assembleia Constituinte para que esta, soberanamente, o aceite, o emende ou o rejeite". O jurista citou pronunciamento que o Presidente Tancredo Neves pretendia fazer e alinhava os tópicos do plano do Presidente morto para a Comissão. Arinos disse que a designação "alto nível" para seus integrantes "nada tem a ver com elitismo social, como pretendem fazer crer a crítica de má fé", mas significa conhecimento, por parte dos juristas, e autenticidade quanto à representação dos setores sociais.

O Presidente José Sarney explicou também, em seu discurso, a forma encontrada para convocação da Assembleia Nacional Constituinte, afirmando que "é singular a situação histórica". De acordo com o Presidente, sem uma ruptura do Estado "não cabia outra saída que a de convocar a Assembleia Nacional Constituinte com a solidariedade do Congresso".

— O que faz a autenticidade das constituições não é a forma de convocar-se o colégio constituinte: é

a submissão do texto fundamental à vontade e à fé dos cidadãos. Essa vontade e essa fé, para que se manifestem, reclamam discussão franca e serena reflexão — afirmou o Presidente.

O jurista Afonso Arinos usou palavras de Tancredo Neves para afirmar que a Comissão vai "recolher as idéias criadoras do povo". Disse que as reivindicações sociais no Brasil de hoje se impõem aos deveres do Estado e que o êxito de uma Constituição consiste em "dar formulação

Para Arinos, o Estado tem deveres sociais: o êxito da Constituição será expressar vontades diferentes

jurídica autêntica e nacional, ao mesmo tempo estável, justa e equilibrada, a esse conjunto diferenciado de aspirações". O jurista definiu as eleições livres e a representação através dos partidos como a única forma capaz de ordenar, mensurar e dar presença a estas aspirações na Constituinte.

Arinos frisou que a Comissão "não se afastará da linha que lhe foi traçada, quaisquer que sejam ou que venham a ser as divergências manifestadas por pessoas, entidades ou grupos". Disse que a Comissão respeita estas divergências, mas não as aceita, pois seu dever moral é cumprir o mandato recebido do Poder Executivo.

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, que também discursou, disse que a Comissão deverá ouvir a Nação "em seus anseios de justiça e paz" e traduzir sua vontade em textos que contribuam para o êxito da próxima Assembleia Nacional Constituinte. Referindo-se às outras comissões que estão sendo criadas com a mesma finalidade por diversos setores, Lyra citou Tancredo Neves, afirmando que "a Constituição não é obra de um só homem, por mais sábio que ele seja, nem de um grupo de homens, mas sim de um povo inteiro".

Segundo o Ministro, a Comissão enriquecerá o debate constitucional e contribuirá para que a Constituição, "a ser redigida pelos representantes do povo brasileiro", seja instrumento de paz, prosperidade e soberania.



O Presidente do Senado, José Fragelli, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, e Afonso Arinos ouvem o discurso do Presidente

Presidente define tarefa: ouvir e debater com a Nação

Este foi o discurso do Presidente Sarney na instalação da Comissão:

«Torno realidade neste instante, ao instalar esta comissão, um dos mais claros, ou melhor, uma determinação, um desejo e determinação do nosso saudoso líder, Presidente Tancredo Neves.

«O Estado tem que ter a sua Constituição. E a Constituição de um Estado só estará voltada à duração e ao respeito da comunidade se surgir do possível, isto é, da vontade predominante em um tempo e em uma sociedade.

«Presidente da República, com a consciência de minha responsabilidade neste tempo nacional, empenho-me em buscar para a Nação os instrumentos jurídicos de sua segurança, do bem-estar e da liberdade do seu povo. Uma das mais fortes reivindicações dos brasileiros, exposta na literatura política, nos discursos parlamentares e na impetuosidade dos comícios populares do ano passado, foi a de que dessemos uma legítima ordem constitucional ao Brasil.

«Esta população esteve presente nos pronunciamentos de todos os líderes de nossa Aliança Democrática, hoje no Governo, e se manteve no eixo do pensamento político que o grande brasileiro Tancredo Neves nos deixou com instrução de serviço à Pátria.

«Dele ficou a sugestão de que criássemos esta Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Coube-lhe, com o discernimento político que todos reconhecemos, convocar, para que a ela presidisse, esta

figura exemplar de mineiro e de pensador que é o mestre Afonso Arinos de Melo Franco. Sabia Tancredo que, ao convocar Afonso Arinos, convocava, no tempo e na sabedoria, o melhor de Minas no cenário nacional.

«Afonso Arinos procede dos mais rijos troncos que, vindos de Portugal, cresceram nas montanhas de Minas.

«O grande constitucionalista e homem público é uma dessas unanimidades nacionais. Por si e pelos que lhe foram antepassados nesta linhagem de saber e de servir, ninguém seria melhor para a missão de presidir a esse grupo de homens que, a nosso pedido, irá encarregar-se de oferecer subsídios à Assembleia Nacional Constituinte.

Eles não se reunirão para ditar aos constituintes que textos devem aprovar ou não. Eles irão reunir-se para ouvir a Nação, discutir com o povo as suas aspirações, estimular a participação da cidadania no processo de discussão da natureza e fins do Estado e estimulá-la a escolher bem os delegados constituintes.

«É singular a situação histórica em que nos encontramos, mas todas as situações históricas são singulares. O Tempo perece e renasce a cada segundo e em cada segundo perece e nascem as circunstâncias políticas.

«Sem uma ruptura do Estado — e devemos dar graças a Deus por tê-la evitado — não nos cabia outra saída que a de convocar a Assembleia Nacional Constituinte

com a solidariedade do Congresso Nacional.

«O que faz a autenticidade das constituições não é a forma de convocar-se o colégio constituinte: é a submissão do texto fundamental à vontade e à fé dos cidadãos. Essa vontade e essa fé, para que se manifestem, reclamam discussão franca e serena reflexão. Para promover esta discussão, recolher e codificar a reflexão que ela provoca, encontram-se aqui alguns dos mais ilustres e honrados cidadãos deste País. Sou responsável pela escolha deste grupo e fico feliz em lhes dizer que não foi fácil decisão. O Brasil dispõe de milhares e milhares de homens e mulheres capazes de interpretar o sentimento do povo, de submeter-se à razão do povo e de servir com alegria ao povo.

«A comissão não substituirá o Congresso nem substituirá o povo. Será, na verdade, uma ponte de alguns meses entre a gente brasileira e os representantes que ela elegerá. Servirá como uma área de discussão livre e informal das razões nacionais, submetendo ao debate público teses básicas quanto ao Estado, à sociedade e à Nação.

«Agradeço aos membros da Comissão que acederam a oferecer seu tempo, sua inteligência e sua sabedoria à Pátria. Para todos eles é um sacrifício deixar as suas atividades habituais e participar deste grupo de trabalho e meditação.

«Em nome da República, e dos brasileiros, assino-lhes a gratidão nacional.»

Primeira divisão: pró e contra a atribuição dupla

BRASÍLIA — Entre 20 dos 51 membros da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, cinco manifestaram-se ontem contra a proposta do Governo de conceder poderes constituintes ao Congresso a ser eleito no próximo ano; seis consideram esta a solução possível no processo de transição democrática; outros cinco são decididamente favoráveis à emenda do Presidente José Sarney e quatro não opinaram.

O representante dos empresários e industriais e Presidente da Fiesp, Luis Eulálio de Bueno Vidigal, defende a eleição de constituintes com poderes exclusivos para elaborar uma nova Constituição.

Idêntica posição foi sustentada pelo Senador cassado e dirigente do PMDB-RJ, Mário Martins; pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, pelo representante dos sindicalistas, Valter Barelli, e pelo dirigente de uma comunidade de 20 milhões de evangélicos, reverendo Guilherme Cunha.

Mesmo considerando técnica e politicamente mais aconselhável a convocação exclusiva da Constituinte para elaborar a nova Constituição, o jurista Josaphat Marinho ressaltou que a proposta do Governo é compreensível diante da realidade política do País. No seu entender, o essencial não é o estilo da convocação, mas sim encontrar o caminho viável para sepultar a Constituição de 1967.

— No "mundo dos anjos" poderia ser eleita uma Constituinte com poderes específicos, sem acumular as funções ordinárias do Congresso, mas na realidade, brasileira o caminho é a eleição do Congresso Constituinte — afirmou o jurista Alberto Venâncio Filho.

A advogada e uma das representantes das mulheres Floriza Verucel expressou-se de forma semelhante:

— Seria mais para a convocação de uma Constituinte com poderes específicos. Esse também seria o meu sonho.

O apego ao realismo da situação política atual também foi observado pelo ex-Ministro da Educação Eduardo Portella. «Temos de trabalhar com situações vivíveis e não com proposições ideais», Portella avançou mais, ao considerar que mesmo uma Constituinte eleita apenas para elaborar a Constituição sofreria igualmente a pressão dos "lobbies" e estaria sujeita ao poder de grupos econômicos. Outros dois juristas e professores de Direito — Raul Machado e Cláudio Pacheco — reconhecem a praticidade da proposta do Governo.

Borja e Brossard defendem a emenda

BRASÍLIA — Na lista dos defensores da emenda do Presidente José Sarney estão dois representantes do Governo na Comissão: o Assessor Especial, Célio Borja e o Consultor-Geral da República, Paulo Brossard.

— Por que fazer duas eleições se podemos fazer apenas uma? indagou Brossard.

Para o advogado e Presidente da Comissão de Reformulação do Sistema Eleitoral de Habitação, Raphael de Almeida Magalhães, "elitismo é eleger sábios constituintes como se as forças partidárias fossem de segundo nível". A questão é política, na opinião do representante da comunidade negra, Hélio Santos, que prefere, contudo, adotar a proposta do Governo. Outra representante das mulheres, Rosah Russomano, lembra também que o País atravessa um período difíce e concorda com a emenda de Sarney.

Já o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, pensa diferente. No seu entender, esta é mais uma questão a ser definida pela Assembleia Constituinte. Não manifestaram opinião sobre o assunto o economista e embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Europeia, Celso Furtado, o empresário Antônio Ermirio de Moraes, o Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, e o cientista político e Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, Joaquim Falcão.

— Prefiro esperar o resultado da Comissão Mista do Congresso — ponderou Joaquim Falcão.

Os 21 membros da Comissão consultados, foram unânimes em defesa da liberdade e autonomia para o esboço de anteprojeto da Constituição. Todos querem discutir princípios como sistema de Governo, direito de propriedade e federação. Um amplo debate com todos os segmentos organizados da sociedade é também consenso.

A maioria dos membros admite usar a Constituição vigente como referência ao início do esboço. Outros, como Walter Barelli e Joaquim Falcão, acham importante consultar também constituições de países democráticos.

Integrantes forçam abertura: Grupo receberá as sugestões da sociedade

BRASÍLIA — Por determinação dos membros da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, o Presidente, jurista Afonso Arinos, comunicou ontem, em nome de todos, que a Comissão está aberta a contatos e sugestões de toda a sociedade brasileira sobre a Constituição, que servirão de elementos para a elaboração do futuro anteprojeto. A necessidade de abrir o diálogo entre a Comissão e o povo foi ontem o ponto alto das discussões durante a primeira reunião plenária da Comissão.

Apesar de ter concordado em levar à imprensa a determinação da Comissão, Afonso Arinos ponderou a seus membros, durante a reunião — realizada a portas fechadas — que não se poderia "suscitar um tipo de ilusão correspondente ao exercício da democracia direta, pois isto não conduziria a soluções pacíficas, mas a um tipo de agitação que provoca sempre reação". Preacionado por diversas propostas a convocar a sociedade para participar dos trabalhos, o jurista disse que a Comissão não pode estimular a prática da pressão popular como se fosse pressão partidária.

— Devemos ter a coragem de evitar a confusão entre pressão de massas e decisão democrática — afirmou o jurista aos integrantes da Comissão, acrescentando que os partidos políticos são o único veículo de transmissão das aspirações populares. A primeira proposta para que a Comissão convocasse a sociedade a se reunir e os meios de comunicação a esclarecerem a população sobre a Constituinte partiu do jurista Miguel Reale Júnior. A seu lado, colocaram-se o assessor presidencial Célio Borja, que propôs um apelo público para que a sociedade se manifeste, e o jurista Miguel Reale. Afirmando que a Comissão tem sido acusada de ser "um corpo elitista", Miguel Reale disse que é necessário "abrir um diálogo entre a Comissão e o povo".

Na mesma linha, fizeram também intervenções o representante do movimento negro de São Paulo, Hélio Santos, para quem a Comissão deve aceitar convites para debater com a sociedade, e a professora Rosah Russomano. Sua sugestão é

que cada membro da Comissão faça também uma proclamação à sociedade para que ela participe e se esforce para esclarecer o povo. O Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, também apoiou a iniciativa, propondo que a Comissão aceite e programe debates com a população e que as subcomissões regionais sejam um elemento catalisador das sugestões. Diante dessas proposições apoiadas com aplausos pelos outros integrantes da Comissão, o jurista Afonso Arinos aceitou levar a proposta à imprensa. Mas pediu à Comissão que se interessasse também pelos partidos como canal para transmissão das aspirações populares.

Arinos lembrou um trabalho de consulta à sociedade feito por ele na Fundação Getúlio Vargas, entre 1980 e 1984, que teve sucesso relativo. Referindo-se à consulta, o jurista indagou quais dos membros presentes tinham lido o trabalho, pedindo-lhes que levantassem os dedos. Apenas sete integrantes — dos 49 presentes — se manifestaram.

Um dos primeiros atos do Presidente da Comissão, ontem, foi nomear dois assessores pessoais: o Coronel Luiz Alencar Arraípe, Diretor-Geral da Polícia Federal, e seu filho, Francisco de Melo Franco.

Os membros da Comissão receberam, na reunião de ontem, uma proposta de regimento interno e de calendário, elaborada por Afonso Arinos e Hélio Jaguaribe, mas decidiram discuti-la apenas na próxima reunião, dia 14, no Rio. Arinos decidiu nomear, ontem mesmo, quatro Vice-Presidentes da Comissão, responsáveis pelos trabalhos de seus subgrupos. Propôs os nomes de Paulo Brossard, para Brasília, Gilberto Freyre, para Recife, Evaristo de Moraes Filho, para o Rio, e Miguel Reale, para São Paulo.

Ao apresentar os nomes, no entanto, o jurista recebeu ponderações do professor Cândido Mendes de que a Comissão não tinha condições ainda de deliberar sobre o assunto. O jurista decidiu, então, delegar poderes para estas mesmas pessoas serem responsáveis pelo trabalho até uma decisão.

1 Apesar da presença de 20 ministros de Estado e outras autoridades, a solenidade de instalação da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, realizada ontem no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília, não contou com a participação de representantes da sociedade e líderes do Congresso com exceção do Líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e do Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga. Outra ausência notada foi a do Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que foi convidado mas não compareceu.

Ulysses explicou que não compareceu para manter um comportamento uniforme, porque não pôde estar presente à abertura dos trabalhos de comissões de estudo da Constituinte patrocinadas por outras entidades e instituições.

O Presidente da Câmara negou procedência a especulações de que sua ausência teria motivações políticas, demonstrando insatisfação com a criação da Comissão Constitucional. Garantiu que considera válidas todas as contribuições à Constituinte, que será soberana para decidir sobre o conteúdo das propostas que a ela forem encaminhadas.

2 Sem saber o que atribuir o esquecimento de seu nome até então, o sociólogo Gilberto Freyre comentou ontem sua inclusão na Comissão de Estudos Constitucionais.

— A chamada comissão dos 50 passou a ser de 51 e esse um sou eu — disse Freyre, no Hotel Amazonas, pouco antes de participar da sessão de abertura do II Encontro Regional de Tropicologia.

Freyre acha difícil destacar o que seria mais importante no debate sobre a nova Constituição, embora entenda como indispensável que seja detido no Brasil o império das regiões ricas sobre as regiões pobres, o que considera possível com a união do Nordeste com a Amazônia.

O sociólogo acha que a Constituinte deve ser a mais aberta possível e crítica os "juristas de Brasília", que, na sua opinião, querem excluir o social, os antropólogos, os filósofos sociais.

— Os juristas de Brasília estão procurando readquirir o prestígio do tempo de Rui Barbosa, o que é um arcaísmo incrível — disse.

3 O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, advertiu ontem, em discurso em Brasília, "aqueles que, por um motivo ou outro, estão esquecendo o juramento tácito que fizemos nas praças públicas, os que colocam hoje os interesses da facção acima dos cânones da fidelidade para com a Pátria". Falando na presença do Presidente José Sarney e de mais 19 Ministros, Lyra criticou "os que põem a paz em risco ao colocar em risco a coalizão política que o povo nos exigiu fazer", repudiando assim, indiretamente, segundo entendimento manifestado por vários dos presentes, o apoio dos Ministros do PFL, Aureliano Chaves e Olavo Setúbal, a Jânio Quadros, candidato do PTB à Prefeitura de São Paulo.

O discurso foi pronunciado durante a cerimônia de instalação da comissão. Citando diversas vezes Tancredo Neves, o Ministro disse que é testemunha do esforço que o Presidente José Sarney vem fazendo para cumprir o documento básico da Aliança Democrática.

— Outra conduta Vossa Excelência não poderia ter, sabendo-se que, como Tancredo, o político José Sarney fez sua carreira sempre unido pelo voto popular — afirmou.